

LIBERDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Paulo Victor Poncio de Oliveira¹

RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E A CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE

A identidade individual de uma pessoa pode ser definida como um processo dinâmico que percorre todo o período de existência social, estabelecendo o conjunto empírico de fatos relativos à unicidade e equilíbrio, além dos sentimentos que os indivíduos possuem em relação ao que o cerca desde os primeiros anos. Essa identidade é que permite o reconhecimento social no desenvolvimento psíquico, onde invariavelmente atuam fatores psicológicos e comunitários.

Para que seja possível uma visão contextualizada da questão da diversidade é necessário que se entenda acerca do termo sexualidade, relacionando o que é comumente definido à compreensão de que a sexualidade não abrange somente a visão de desejo e orientação sexual. O conceito nasce apontando algo diferente do que apenas uma atualização de linguagem. Essa evolução ilustra a necessidade de um debate que surge com novas demandas e interesses coletivos, antes subordinados a uma hierarquia social que excluía as lutas de classes. Segundo Altmann:

O uso desta palavra é estabelecido em relação a outros fenômenos, como o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos; a instauração de um conjunto de regras e de normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimento, sensações e sonhos. (ALTMANN, 2001, p. 577).

A concepção de gênero tem sido construída a partir de um entendimento tradicional e fundamentado nas formas que historicamente sempre foram consideradas como padrão ideal de família e sociedade. De todo modo, tal fato leva à

¹ Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná (2015). Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal do Acre no cargo de Assistente em Administração, atuando nas áreas de assessoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. E-mail: victormanfredine@gmail.com

reflexão acerca das contemporâneas transformações que essa questão tem sofrido, em virtude de uma luta de classes crescente que leva em consideração a importância de políticas efetivas, que na prática devem ser acionadas como mecanismos de garantia e proteção de direitos, durante as fases contínuas de construção da identidade de uma pessoa.

Ao versar sobre gênero e orientação sexual, tem-se em mente que essas definições se relacionam a processos de desenvolvimento histórico e linguístico socialmente originados. Por isso, a sexualidade deve ser avaliada como um fato social, ainda que seja preciso considerá-la como uma energia essencial à vida e à saúde, por abordar as relações de gênero, respeito e a diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Trata-se de uma postura percebida frente à movimentação de uma parcela cada vez mais significativa da sociedade, que hoje reivindica seus próprios direitos de forma mais ativa.

Nesse contexto, diversidade sexual seria a configuração construída socialmente de todas as diferenças que compõem a sexualidade – as experiências, as personalidades, os modos de agir, assim como também um multiculturalismo perceptível em divergência aos moldes convencionais, inteiramente aceitos e assimilados pela sociedade.

A relevância do tema se reflete no fomento à discussão acerca da produção de políticas públicas de gestão democrática e compartilhada dos últimos anos. Tal debate necessita ser visto como ponto de partida fundamental para a compreensão que o Estado deve ter na busca por um equilíbrio social fincado na justiça e igualdade de condições, direitos e deveres. De acordo com Godinho (2004): “É de responsabilidade do Estado a preservação qualitativa das relações sociais estabelecidas na sociedade e, por outro lado, a contenção dos conflitos gerados por eventual tecido social discriminatório”.

Essa abordagem se baseia nos processos de construção de nossas identidades, que se definem por intermédio do convívio social com a família, a escola e o contexto social. Na opinião de Hall (2004), “o sujeito é produzido ‘como um efeito’ do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer

existência própria”. Assim, a concepção das relações de gênero e idealização da identidade individual se constrói desde o nascimento da criança, e tanto a família, quanto a escola compartilham a responsabilidade de influenciar diretamente tal processo, a partir de referências, principalmente nos seus primeiros anos de vida.

PROCESSO DE EVOLUÇÃO CONTÍNUA DE CONCEITOS E SIGNIFICADOS

É importante que num primeiro momento desse debate seja discutida a própria definição linguística do que a palavra gênero significa contemporaneamente. Ao se compreender que as definições se modificam ao decorrer do tempo, fica mais fácil notar que tais conceitos resultam de estruturas, ritos e práticas cotidianas, ou seja, o significado se amplia e passa a transportar-se para um vasto leque de relações sociais onde o quesito biológico já não é mais o único a ser considerado.

Para além disso pode-se afirmar que o gênero é relativo e que é construído socialmente de forma que o as experiências de um cidadão, principalmente durante seus primeiros anos de vida, fase onde ocorre a construção de sua identidade, é que define o que é considerado seu gênero. Carloto considera que:

Não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia. (CARLOTO, 2001).

Ademais, fato é que nenhum cidadão forma de maneira solitária sua personalidade e consciência, pois são os relacionamentos e dinâmicas sociais que se entrelaçam no desenvolvimento formativo e psíquico de cada indivíduo.

De Igualdade à Liberdade de Gênero

A igualdade de gênero, com o intuito de se estabelecer na sociedade, demanda que todos os cidadãos abandonem certas atitudes sociais tradicionais cuja pertinência de sentidos de fato já não mais se encaixa dentro de uma nova realidade social em constante transformação. Para isso é importante que se entendam as formas como a assimetria sexual se dá e se reflete em diferentes sociedades históricas, e que o Estado

perceba a diferença que existe, por exemplo, entre a valorização das funções exercidas pelo homem e pela mulher – traço de uma desigualdade histórica, que nada mais é do que uma construção social e que pelo fato de ser construção social, pode ser facilmente transformada em decorrência da mudança de pensamento coletivo.

Vê-se que o padrão ideal é o da livre escolha, pois as pessoas não devem estar inibidas a funções sociais antecipadamente estabelecidas e impostas sob pena de recriminação, castigo ou repulsa. O que se aspira é que cada um dos componentes da sociedade possa optar pela forma de participação cônica e individual na sociedade, e que, em razão da preferência, não lhe seja cunhado estereótipo algum. Anseia-se à liberdade dos modos de ser, condição essencial para se chegar à igualdade.

É notório que nos dias de hoje a ideologia predominante ainda se baseia em concepções biológicas e religiosas que põem em foro de natureza a desigualdade sexual, ocultando ao próprio LGBT o caráter político das relações entre os sexos, discretamente motivando o movimento a ser cúmplice de sua própria desvalorização. Apesar de que tal discrepância tem encontrado resistência nos movimentos sociais de mulheres e homens que vêm denunciando-a, evidenciando a incoerência inerente à exclusão feminina e homossexual do espaço público, reivindicando e conseguindo a ampliação do debate sobre o lugar que essas populações devem ocupar no cerne das relações sociopolíticas.

AVANÇOS E LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O vasto campo da inteligência humana é compreendido a partir do “corpo – gênero – sexualidade” e dos sexos masculino e feminino, e na analogia destes com seus opostos, posta dessa forma também a capacidade individual de compreensão da existência do outro. As consequências do discurso “ou isso ou aquilo” – probabilidades de compreensão nos sexos – se revelam na impossibilidade de escutar, falar ou ponderar sobre relações não heterossexuais. A universalidade do acolhimento na esfera das políticas públicas sociais torna o “sujeito de direitos” usuário de políticas com aspecto universal. Por essa universalidade, são compreendidas as dessemelhantes formas de raça e etnia, orientação sexual, cultura e as inúmeras formas de manifestação no mundo.

Com o histórico e tradicional registro do espaço do heterossexual enquanto classe de sociedade padrão e culturalmente “dominante”, o poder é assim naturalizado entre confrarias sociais conservadoras e enraizadas, que tomam quase sempre posições predominantes, determinando, aos demais, os modos de representação, pois pensam por si e pelos outros, tanto pela falta de representatividade das classes dominadas ou por considerá-los submissos. A inclusão da família, como ferramenta ativa na elaboração de políticas públicas necessárias para que haja uma ruptura contínua dos processos de desigualdade, necessita de estudos sociais que detalhem o papel que a concepção afetiva adquire enquanto camada central do trabalho social, pois já não basta mais perceber a “centralidade da família”, visto que as relações sociais mudaram. A definição de família precisa ser discutida e ampliada.

Para além disso pode-se compreender que, a manutenção da concepção e significação do conceito tradicional de família nuclear, por conta de veículos midiáticos e mesmo, em virtude da ação ou da omissão de atividades do próprio Estado, não coopera para que os mais variados modelos de existência sejam considerados ou até mesmo incluídos nas políticas públicas. Ademais, a sociedade brasileira deve reforçar a luta por uma representatividade política mais sensata e coerente com as atuais evoluções sociais. Somente a participação direta da população na construção de políticas públicas contribuirá efetivamente com subsídios que auxiliem na transformação do modo de pensar, de aprender, de distinguir e de viver no mundo, tornando estes processos mais justos, sobretudo, a partir da promoção dos direitos sexuais.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA AMPLIAÇÃO DO DEBATE

Nesse contexto, mesmo que a inserção desse debate na escola seja uma questão complexa que envolve setores da sociedade civil nunca unânimes em suas posições, a luta pela garantia de direitos de uma classe respaldou a possibilidade de um debate nacional em relação a propostas de mudanças nos curriculares escolares, pautadas na contribuição democrática oferecida pelos Sistemas e Planos de Educação. Ademais, propostas práticas são indispensáveis na busca por uma educação pluralista de qualidade, como escreve Santomé:

Uma política educacional que queira recuperar essas culturas negadas não pode ficar reduzida a uma série de lições isoladas. [...] É necessário um currículo que em todos os dias do ano letivo, em todas as tarefas acadêmicas e em todos os recursos didáticos estejam presentes as culturas silenciadas. (SANTOMÉ, 1995, p. 172).

Apesar de insípido, o debate sobre a inserção da sexualidade no currículo escolar não é recente. A orientação sexual é um dos temas transversais que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados pelo MEC em parceria com os mais variados sistemas de ensino, com o intuito de comunicar os princípios da reforma curricular e guiar os professores na busca por novas abordagens e metodologias.

Apesar de um avanço inegável na luta pela ampliação dos ambientes de diálogo, os PCNs foram organizados para servirem apenas de referencial fomentador da discussão sobre os currículos, que podem ou não ser aproveitados pelas escolas na preparação de seus planos curriculares.

A produção acadêmica e científica sobre o tema em questão mostra-se como linha norteadora de uma gestão que pode auxiliar no combate a preconceitos impregnados no âmbito educacional. Dessa forma,

Através da colocação do sexo em discurso na escola, há um complexo aumento do controle exercido sobre os indivíduos, o qual se exerce não através de proibições, punições, mas através de mecanismos positivos de poder que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade. (ALTMANN, 2001, p. 582).

É necessário que haja um engajamento na definição e avaliação dessas políticas educacionais, como também de suas consequências nos processos de organização e desenvolvimento dos sistemas de ensino. Ademais, outros autores partem de uma concepção de justiça social e discussões sobre relações de poder e Estado. Segundo Daniliauskas:

A concepção de justiça é fundamental para compreender o caminho pelo qual é importante problematizar e analisar todas as pessoas enquanto sujeitos de direitos, as injustiças identificadas e as suas formas de superação, seja por meio de espaços de participação e controle social, assim como políticas públicas, com especial atenção às educacionais. (DANILIAUSKAS, 2010, p. 02).

Já de acordo com Michel Foucault, que estuda a evolução da história da sexualidade, em suas teorias gerais relativas à energia e à complexa relação entre poder e conhecimento, existem formas rígidas de controle social, que normatizam o discurso, o ordenamento jurídico e as práticas institucionais:

É o Estado que transforma a sexualidade em questão política e, juntamente com os saberes científicos, contribui para a proliferação de discursos a seu respeito. Por outro lado, surgem movimentos sociais de resistência e confronto aos dispositivos que visam controlar corpos e subjetividades, o que reforça os debates políticos, ou deveria. (FOUCAULT, 1977).

A literatura define multiculturalismo e diversidade como temas transversais educativos, e apresenta essas questões como parte da função social da escola na transmissão de conhecimentos sobre história e valores culturais, que precisam servir de base para uma educação mais plural. Segundo Gomes (2007, p. 32): “A cultura é aprendida. Seria possível dizer que ela não é uma ‘herança inexorável’ dos indivíduos, senão são os próprios que devem realizar percursos de inserção (aprendizagem) na cultura de seu grupo”. Por isso é importante que essas questões sejam tratadas na escola, e que a educação não ignore a realidade social, restringindo possibilidades de inserção de diálogo em sua estrutura de ensino-aprendizagem. De acordo com Ambrosetti:

Trabalhar com diversidade não é, portanto, ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade. [...] É preciso dar espaço para a expressão de cada um e para a participação de todos na construção de um coletivo apoiado no conhecimento mútuo, na cooperação e na solidariedade. (AMBROSETTI, 1999, p. 92).

Entretanto, vale ressaltar que o docente, nesse contexto, não deve focar sua atuação apenas no trabalho com a diversidade no ambiente escolar. A abordagem não é capaz de influenciar a realidade, sem que haja uma preocupação pedagógica no desenvolvimento de um senso crítico na criança. De acordo com Silva:

O professor, ao contar uma história e discutir com os alunos, está promovendo sua socialização e desenvolvendo seu senso de moralidade, sem entregar prontos conceitos e saberes que ela precisa construir. O

objetivo não é 'transmitir o valor' ou 'encontrar a resposta certa', mas ensinar a criança a pensar. (SILVA, 2011, p. 34).

Em relação à mudança de paradigmas, o papel da educação implica em sua participação direta enquanto formadora de caráter, de construções sociais coletivas e de fomentadora de ambientes de diálogo e métodos que sejam coerentes com o processo de transformação. Segundo Behrens (2006): "A educação tem papel relevante nesse movimento de reconstrução, pois precisa propiciar meios para soterrar o paradigma conservador vigente, [...] e o desrespeito aos direitos humanos".

Atualmente a escola assume um papel de fundamental relevância, como instituição social agente na construção da identidade e da transmissão de conhecimentos formadores éticos e de cidadania. É por intermédio da educação que a criança, cidadão ainda em desenvolvimento de seu intelecto, terá a oportunidade de perceber e analisar o mundo a sua volta, sua estrutura e realidade, e essa é a postura que o legislador deve possuir, fincado na função social da educação para a superação de problemas sociais ainda tão aprofundados no contexto sociocultural brasileiro. Assim como escreve Libâneo:

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove o domínio dos conhecimentos para todo e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos. (LIBÂNEO, 2005, p. 117).

A discussão sobre a inclusão da tônica na educação formal por intermédio de abordagens sensíveis à causa vem se aprofundando em função dos movimentos sociais que se propõem, ao longo da trajetória política brasileira, a repensar a função social da escola e dos currículos por ela trabalhados. É por intermédio da interação social aprendida também na escola que a criança forma sua identidade, sendo fundamental que essa estrutura educacional contextualizada seja organizada e discutida amplamente, para que essas relações contribuam na valorização de um novo modo de educar dialogando – um dos pontos positivos dessa abordagem.

Essa proposta de troca de ideias e experiências transforma a escola em um ambiente de equilíbrio social e ético na luta por igualdade e paz, que caminha junto a

questões importantes relativas à saúde, como a discussão sobre iniciação sexual, pornografia, violência e prostituição. Vê-se que o debate acerca de igualdade de gênero e diversidade sexual é amplo e extrapola os conceitos de orientação e sexualidade: Reúne uma vasta gama de possibilidades e oportunidades de diálogo sobre cidadania e ética, papel social histórico da educação. Logo, vê-se que é dever do Estado garantir uma educação de qualidade que confirme direitos e defenda o respeito às individualidades, inclusive para servir como base de enfrentamento e ferramenta de auxílio aos mais diferentes coletivos e grupos sociais envolvidos com a causa.

RESISTÊNCIA A PRECONCEITOS E ESTEREÓTIPOS

Para além disso, um dos desafios que deve ser discutido é a questão do preconceito, intrinsecamente ligado às causas da resistência, e resultado provável da falta de políticas públicas sensíveis à causa. De acordo com Heller:

O preconceito é uma categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Um tipo particular de juízo provisório, mas que apenas se transforma em alguma coisa definitiva quando justifica as relações que se estabelecem. [...] Se quisermos nos libertar de nossos preconceitos mediante o ato de colocar em questão todos os nossos juízos, perderemos, juntamente com os preconceitos, também as nossas convicções. (HELLER, 2004, p. 62).

A importância da escola como agente promotora do diálogo sobre diferenças individuais reside no papel que a educação tem de oferecer conhecimento e um olhar democrático, capaz de construir na criança um espírito defensor da igualdade social, e excluir dela qualquer indício de convencionalismo que possa gerar convicções preconceituosas ou estereotipadas. A escola tem o poder e o dever de transformar o cidadão em desenvolvimento.

A falta do diálogo com a criança repercute em sua identidade e personalidade, fato que dá abertura para a valorização de uma sociedade apática e até imoral. Uma das consequências dessa ausência origina a médio e longo prazo o surgimento da violência de gênero como forma de manifestação de pensamentos preconceituosos aparentemente inocentes, mas que são na verdade potenciais agentes de intolerância. O *bullying* e as violências psicológica e física nascem de conflitos entre crenças de

indivíduos que não aprenderam a aceitar o outro, o que gera um processo de exclusão de grupos sociais inteiros.

Ademais, é importante que se delimitem as questões envolvidas com a luta pela garantia dos direitos da população LGBT, a relevância da educação e da escola no enfrentamento e no diálogo sobre o tema, o cenário atual de resistência à produção de políticas públicas que trabalhem essa problemática, assim como também as causas e consequências de uma maior ou menor participação social no debate e na busca por soluções. Sintetiza Caldart:

A educação somente se universaliza quando se torna um sistema, necessariamente público. Não pode ser apenas soma de projetos e programas. Por isso nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizar o acesso [...] à educação. (CALDART, 2002, p. 19).

Ao se promover uma discussão em torno das políticas educacionais de debate acerca de igualdade de gênero e diversidade sexual e a atuação do gestor, evidencia-se a necessidade do enfrentamento a todas as formas de discriminação dentro da escola. Não há como educar ativamente um indivíduo se qualquer informação social (sem natureza doutrinária) lhe for negada.

O diálogo como ponto de partida para a transformação social

O debate sobre um tema tão complexo deve ser um agente capaz de transformar o ouvinte, e tal ação não deve ser realizada sem uma metodologia estruturada de elaboração do que se pode chamar de comunicação social.

Na opinião de Morin (2001), informar é diferente de comunicar, e essa diferença é responsável pelo maior ou menor grau de reconhecimento da temática defendida. Para que a informação modifique a forma de pensar, é necessário que ela esteja relacionada com o cotidiano, a cultura e a sociedade e é essa coleção de visões de mundo e percepções da realidade que tornam as informações transmitidas capazes de modificar atitudes e conceitos estereotipados. Com suas palavras:

O conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram

sentido. Para ter sentido, a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se enuncia. (MORIN, 2001, p. 36).

A sociedade ainda se depara com situações de resistência à temática LGBT por falta de gestões governamentais democráticas que privilegiem as decisões públicas e colegiadas acerca da elaboração de políticas para debate das questões de gênero e igualdade. A falta dessa abordagem na escola prejudica a construção da identidade na medida em que restringe a criança do conhecimento em relação às mais variadas diferenças existentes entre as pessoas. O Estado tem o papel de promover uma cidadania participativa, baseada na igualdade e no diálogo sobre a diversidade, do qual ela não pode se esquivar. A escola adquire então poder de, nesse sentido, ajudar a quebrar preconceitos e estereótipos enraizados. Todavia é necessário que sejam analisados todos os fatores que influenciam essa sintonia de objetivos envolvendo as dificuldades locais, a estrutura escolar, o financiamento e a forma como a escola é administrada.

REFLEXÕES FINAIS

A escola adquire então poder de, nesse sentido, ajudar a quebrar preconceitos e estereótipos enraizados. Todavia é necessário que sejam analisados todos os fatores que influenciam essa sintonia de objetivos envolvendo as dificuldades locais, a estrutura escolar, o financiamento e a forma como a escola é administrada.

Para além disso este trabalho corrobora para a visão de que a própria construção coletiva do ambiente escolar é um pilar fundamental na discussão sobre o equilíbrio que deve existir entre o respeito às crenças religiosas de cada pessoa, e o respeito à laicidade do Estado brasileiro, isto é, cada cidadão tem o direito autêntico de viver de acordo com as suas crenças e manifestá-las na sua vida diária. Entretanto, este Estado através de suas instituições – e nesse contexto incluímos as escolas – não devem promover práticas preconceituosas, quaisquer que sejam, repousadas em princípios místicos ou religiosos. Por mais complicados que sejam os pontos inerentes à essa discussão, é dever de todos o enfrentamento do desafio relacionado à constituição deste delicado equilíbrio, pois se trata de um requisito ímpar para a implementação de relações que tornem possível o diálogo, nas escolas brasileiras, das

diretrizes prognosticadas nas políticas.

Ademais, no estudo da cultura social intrinsecamente relacionada às questões de gênero e sexualidade, é primordial que se reflita sobre os modos como tais significados se relacionam e estruturam sistemas mais vastos de definição, já que nenhum significado consegue ser compreendido de forma isolada. Antagonicamente, esses conceitos devem ser entendidos a partir de um aspecto voltado à concepção das diversas articulações que surgem nas sociedades contemporâneas em constantes processos de transformação – conflito que baliza o próprio desenvolvimento cultural.

De toda maneira é necessário que se ampliem os espaços estatais e sociais dedicados ao desenvolvimento de processos éticos, relacionados ao exercício da solidariedade e ao respeito à diversidade. É importante apontar e debater sobre tais questões para que as sociedades possam a partir de então combater os organismos excludentes que se fazem presentes no interior do ambiente da escola. Só através dessa consciência será plausível a efetivação de ferramentas sociais que promovam a liberdade dos cidadãos abrangidos pela educação – e que este colaborem na construção de uma sociedade democrática que valorize a diversidade.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Revista Estudos Feministas, 2001.

AMBROSETTI, Neusa Banhara. **O “Eu” e o “Nós”: trabalhando com a diversidade em sala de aula**. In: Pedagogias das diferenças na sala de aula. São Paulo: Papirus, 1999.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Paradigma da complexidade: Metodologia de Projetos, contratos didáticos e Portfólios**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. Brasília, 2002.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: Uma análise do Programa Escola Sem Homofobia**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal de São Paulo, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GODINHO, Tatau. **Construir a igualdade: combatendo a discriminação**. In: Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo, 2004.

GOMES, Ana Maria Rabelo. **Aprender a cultura**. In: LOUREIRO, Maria Helena Mourão; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Cultura e Educação: parceria que faz história*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 9ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: Políticas estruturas e organização**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessário à educação do futuro**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no Currículo**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Alienígenas na sala de aula – Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Lucélia Gomes da. **A utilização de livros que têm por base o elemento maravilhoso e o processo de socialização na Educação Infantil**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Belo Horizonte: Universidade Fumec, 2011.

LIBERDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Resumo: Este trabalho fala do papel da educação no debate acerca de gênero e diversidade sexual, refletindo sobre práticas discriminatórias que excluem a escola dessa discussão. A luta por direitos iguais vem se massificando, pois parte da sociedade lida com uma histórica tradição preconceituosa, que se baseia no fato de não estarem adequados aos moldes hegemônicos das relações e por adotarem identidades sexuais que resistem à lógica da heteronormatividade. O artigo inicia falando sobre as relações entre gênero, sexualidade e identidade, refletindo acerca da construção da personalidade e abordando as evoluções dos conceitos inerentes à discussão. Problematiza ainda a produção de políticas públicas que trabalhem a garantia dos direitos civis e políticos dos grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e faz ainda um apanhado sobre o papel da escola no diálogo e na transformação social. É importante que a comunidade acadêmica desenvolva mais estudos de gênero e sexualidade para a construção de mecanismos de linguagem que possam desfazer estruturas excludentes, causadas pelo discurso conservador vigente.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Identidade; Educação.

GENDER FREEDOM AND SEXUALITY: THE ROLE OF EDUCATION IN THE CONSTRUCTION OF IDENTITY

Abstract: This scientific work discusses the role of education in the debate about gender and sexual diversity, reflecting discriminatory practices that exclude the school from this discussion. The struggle for egalitarian rights is becoming more widespread, since part of the society deals with a historical prejudiced tradition, which is based on the fact that they are not adequate to the hegemonic patterns of relations and to adopt sexual identities that resist the logic of heteronormativity. The article begins by talking about the relations between gender, sexuality and identity, reflecting on the construction of the personality and approaching the evolutions of the concepts inherent in the discussion. He also questions the production of public policies that work to guarantee the civil and political rights of the lesbian, gay, bisexual, transvestite and transsexual groups – LGBT, as well as the role of the school in dialogue and social transformation. It is important that the academic community develop more studies of gender and sexuality for the construction of language mechanisms that can undo exclusive structures, caused by the current conservative discourse.

Key-words: Gender; Sexuality; Identity; Education.

LIBERTAD DE GÉNERO Y SEXUALIDAD: EL PAPEL DE LA EDUCACIÓN EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD

Resumen: Este trabajo habla del papel de la educación en el debate sobre género y diversidad sexual, reflexionando sobre prácticas discriminatorias que excluyen la escuela de esa discusión. La lucha por derechos igualitarios se está masificando, pues parte de la sociedad lidia con una histórica tradición preconcebida, que se basa en el hecho de no estar adecuados a los moldes hegemónicos de las relaciones y por adoptar identidades sexuales que resisten a la lógica de la heteronormatividad. El artículo comienza hablando sobre las relaciones entre género, sexualidad e identidad, reflexionando acerca de la construcción de la personalidad y abordando las evoluciones de los conceptos inherentes a la discusión. En el caso de los grupos de lesbianas, gays, bisexuales, transexuales y transexuales – LGBT e incluso hace un recuento sobre el papel de la escuela en el diálogo y la transformación social. Es importante que la comunidad académica desarrolle más estudios de género y sexualidad para la construcción de mecanismos de lenguaje que puedan deshacer estructuras excluyentes, causadas por el discurso conservador vigente.

Palabras-clave: Género; Sexualidad; Identidad; Educación.

Submetido em Maio de 2017
Aprovado em Junho de 2017